III

(Informações)

COMISSÃO

Convite à apresentação de propostas

Programa de acção comunitária relativo à prevenção da sida e de outras doenças transmissíveis (1996-2000)

(1999/C 127/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. ANTECEDENTES

A Comissão tem o dever de assegurar a aplicação da Decisão n.º 647/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Março de 1996, que estabelece um programa de acção comunitária relativo à prevenção da sida e de outras doenças transmissíveis no âmbito da acção no domínio da saúde pública (1996-2000) JO L 95 de 16.4.1996, p. 16). O programa abrange um período de cinco anos e dispõe de um orçamento global de 49,6 milhões de ecus. As acções previstas são descritas em pormenor no anexo da decisão e, sob o título A: «Vigilância e controlo das doenças transmissíveis», encontram-se listadas as seguintes:

Objectivo

Contribuir para um melhor conhecimento e difusão das informações e dos dados sobre o VIH/sida e demais doenças transmissíveis, tendo em conta as normas internacionais de classificação das doenças, assim como para melhorar a coordenação dos sistemas de vigilância destas doenças e a coordenação das respostas a nível comunitário, designadamente em caso de surto epidémico.

Acções

1. Pesquisa, em conjunto com os Estados-Membros, de meios que permitam aumentar o número e melhorar a qualidade, a comparabilidade e a disponibilidade dos dados e dar apoio ao reforço dos sistemas nacionais ou regionais de vigilância e à sua colocação em rede e, no que se refere ao VIH/sida e às doenças associadas, apoio ao Centro Europeu para o Controlo Epidemiológico da Sida.
2. Contribuição para a melhoria da qualidade e da coordenação dos sistemas de vigilância epidemiológica dos Estados-membros e participação no desenvolvimento de redes de vigilância, com base em metodologias e condições definidas em comum para a transmissão de informação, numa consulta prévia e na coordenação das respostas.
3. Criação de uma rede comunitária de epidemiologistas de saúde pública, no intuito de definir métodos e instrumen-

tos comuns de vigilância e de aumentar a capacidade de dar respostas coordenadas face ao desenvolvimento das doenças transmissíveis, em particular em caso de surto epidémico.

4. Contribuição, designadamente através da prestação do apoio logístico necessário, para a produção e difusão de notas informativas regulares e de um boletim da Comunidade sobre a vigilância das doenças transmissíveis, com dados relativos à vigilância de rotina e relatórios de estudos epidemiológicos específicos.
5. Promoção de acções destinadas a uma maior tomada de consciência dos problemas e a inclusão de dados comparáveis e fiáveis sobre as infecções nosocomiais, nomeadamente nos estudos de rotina relativos às condições hospitalares; promoção do conhecimento e do intercâmbio de experiências sobre o modo como os resultados da vigilância das infecções provocadas por vírus resistentes às terapias normais (antibióticos) são analisados, tratados e utilizados pelos diferentes intervenientes no processo.
6. Promoção da investigação sobre a eficácia e a viabilidade do rastreio de certos tipos de doenças transmissíveis (tuberculose, hepatites, etc.), em particular nas mulheres grávidas. Coordenação da investigação relativa à minimização da transmissão materno-infantil.

Estas acções constituem o quadro de referência para a selecção dos projectos.

Em 24 de Setembro de 1998, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptaram a Decisão n.º 2119/98/CE que instituiu uma rede de vigilância epidemiológica e de controlo das doenças transmissíveis na Comunidade. Esta decisão define um enquadramento para a vigilância de todas as doenças transmissíveis relevantes a nível europeu.

As disposições da Decisão n.º 2119/98/CE constituem o quadro de referência para a selecção de projectos relevantes para as acções 1, 2 e 5. Apenas serão considerados para apoio financeiro os projectos que contribuam para a concretização dos objectivos da decisão.

2. OBJECTIVO DO PRESENTE CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Os serviços da Comissão apelam à apresentação de propostas de projectos por parte de organizações activamente envolvidas na área em questão. Os pontos 3 e 4 definem, respectivamente, os tipos de organizações que podem apresentar propostas e os tipos de projectos elegíveis. Convidam-se as organizações interessadas a apresentar um pedido de financiamento aos serviços da Comissão, nos termos do procedimento descrito no ponto 6, tendo em mente os critérios de selecção e financiamento definidos no ponto 5.

As propostas seleccionadas serão objecto de apoio financeiro da Comunidade.

3. ORGANIZAÇÕES ELEGÍVEIS PARA FINANCIAMENTO

A. Projectos relevantes para as acções 1, 2 e 5, tal como descritas no ponto 1

Apenas serão elegíveis para financiamento as propostas de organizações susceptíveis de contribuir para a concretização dos objectivos da Decisão n.º 2119/98/CE. Designadamente, estas organizações devem estar aptas e oficialmente autorizadas a providenciar, processar e analisar os dados transmitidos no âmbito da referida decisão. Serão usados os seguintes critérios específicos para avaliar a elegibilidade de cada projecto:

- As organizações/estruturas participantes deverão ter a capacidade científica, técnica e jurídica necessária para desempenhar o respectivo papel no projecto.
- Cada organização participante deverá apresentar uma declaração escrita do Governo do Estado-membro a que pertence, autorizando-a a agir na qualidade de parceiro nacional para os propósitos específicos do projecto em questão.

B. Projectos relevantes para as acções 3, 4 e 6, tal como descritas no ponto 1

São elegíveis todas as organizações que preencham as condições gerais definidas na Decisão n.º 647/96/CE.

4. PROJECTOS ELEGÍVEIS PARA FINANCIAMENTO

A. Projectos relevantes para as acções 1, 2, e 5, tal como descritas no ponto 1

Deverão ser criadas redes para estabelecer comunicação permanente entre a Comissão e as estruturas e/ou autoridades que, a nível nacional e sob a responsabilidade de cada Estado-membro, têm competência para recolher informações relacionadas com a vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis, e para permitir a divulgação

dos dados relevantes dessa vigilância a nível comunitário. Cada projecto deverá criar uma rede destinada à vigilância de uma ou várias doenças listadas no anexo da decisão n.º 2119/98/CE.

B. Projectos relevantes para as acções 3, 4, e 6, tal como descritas no ponto 1

São elegíveis todos os projectos que preencham as condições gerais estabelecidas na Decisão n.º 647/96/CE.

5. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS

A selecção dos projectos para financiamento ao abrigo deste programa assentará nos seguintes critérios:

1. O projecto deverá incidir em uma ou mais acções das listadas no ponto 1.
2. As organizações participantes deverão satisfazer os critérios definidos no ponto 3.
3. No caso das acções 1, 2, 4, e 5, o projecto deverá incluir participantes dos 15 Estados-membros. No caso das acções 3 e 6, será dada prioridade a projectos em larga escala.
4. No caso das acções 1, 2, e 5, os participantes nos projectos deverão utilizar o sistema IDA-Euphin-HSSCD para a transmissão interna de dados.
5. Serão analisadas as actividades empreendidas por outros serviços da Comissão, bem como por organizações nacionais e internacionais, de modo a evitar qualquer duplicação.

6. PROCEDIMENTO, PRAZOS E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Para serem consideradas para financiamento, as propostas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- Ser redigidas no formulário devido, que poderá ser obtido no endereço *infra*;
- No que respeita aos projectos com início em 2000, ser enviadas em triplicado até 15 de Junho de 1999 (fazendo fé o carimbo do correio) para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Programa «SIDA e outras doenças transmissíveis» —
DG V/F/4
Bâtiment Euroforum
10, rue Robert Stumper
L-2257 Luxembourg
Fax (352) 43 01-332 48

Disposições financeiras

São as seguintes as principais disposições financeiras aplicáveis aos projectos:

1. Após as devidas consultas e após ter seleccionado os projectos, a Comissão determinará o montante da assistência financeira a conceder com base na disponibilidade orçamental anual.
2. Os projectos são financiados segundo o princípio da partilha de custos. Caso o montante concedido pela Comissão seja inferior ao apoio financeiro solicitado pelo requerente, cabe a este último encontrar financiamento suplementar ou reduzir as despesas totais sem detrimento dos objectivos ou do conteúdo do projecto.
3. A Comissão financia uma percentagem do custo total previsto do projecto. Se as despesas reais forem inferiores ao custo total previsto, a contribuição da Comissão será reduzida em proporção da diferença entre o custo previsto e o custo real. Caso as despesas forem superiores ao custo total previsto, a Comissão suportará, no máximo, o

montante equivalente à percentagem concedida com base no orçamento inicial anexo ao contrato.

7. INFORMAÇÕES DE ORDEM PRÁTICA

Os interessados poderão solicitar, por escrito (carta ou fax), no endereço mencionado no ponto 6, um *kit* de informações contendo todos os documentos necessários à apresentação de uma candidatura.

Este *kit* de informações contém:

- Decisão n.º 647/96/CE, publicada no JO L 95 de 16.4.1996,
- Decisão n.º 2119/98/CE, publicada no JO L 268 de 3.10.1998,
- as normas, critérios e procedimentos para a selecção e o financiamento dos projectos,
- o formulário de candidatura, conjuntamente com uma folha de síntese,

e outras informações relevantes.